

## A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES FEMININAS NO JORNAL “O LINGOTE” (1953-1957)

*The production of female subjectivities in the Journal “O Lingote” (1953-1957)*

Larissa Mazzucco Bianco<sup>1</sup>  
Giovana Ilka Jacinto Salvaro<sup>2</sup>  
Ismael Gonçalves Alves<sup>3</sup>

<http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v7i1.510>

**RESUMO:** O estudo busca analisar a produção de subjetividades femininas em matérias do jornal “O Lingote”, pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na década de 1950. Foram localizadas e analisadas nove edições referentes aos anos de 1953 e 1955. Ao longo da análise das matérias selecionadas, foi possível identificar que conteúdos eram dirigidos a “mulheres-mães” e a “mulheres-esposas”. Em grande medida, foram observadas normas de gênero que sustentavam a construção do espaço privado e determinada divisão sexual do trabalho, sobretudo as relacionadas aos trabalhos domésticos e de cuidados atribuídos a mulheres, configurando condições de possibilidade na produção de subjetividades femininas.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico. Trabalho de cuidado. Gênero. Subjetividades femininas.

**ABSTRACT:** The study seeks to analyze the production of female subjectivities in articles in the newspaper “O Lingote”, belonging to Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), in the 1950s. Nine editions, located in the years 1953 and 1955, were located and analyzed. Selected articles, it was possible to identify what content was addressed to “women-mothers” and “women-wives”. To a large extent, gender norms were observed that supported the construction of the private space and a determined sexual division of labor, mainly related to domestic and care work attributed to women, configuring conditions of possibility in the production of female subjectivities.

**Keywords:** Housework. Care work. Genre. Female subjectivities.

### 1. INTRODUÇÃO

O estudo busca analisar a produção de subjetividades femininas em matérias da coluna denominada “Tudo para o Lar”, publicada no jornal “O Lingote”, pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na década de 1950. O estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculado ao Edital Chamada Universal MCTIC/CNPq nº 28/2018, com foco em

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: [larissamazzucco.psi@gmail.com](mailto:larissamazzucco.psi@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4003-8869>

<sup>2</sup> Docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: [giovanasalvaro@unesc.net](mailto:giovanasalvaro@unesc.net). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0884-1923>

<sup>3</sup> Docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: [iga@unesc.net](mailto:iga@unesc.net). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3580-9101>

políticas sociais destinadas à maternidade e à infância pobre da região carbonífera de Santa Catarina (Lauro Müller, Criciúma e Tubarão).

No sul do estado de Santa Catarina, a indústria carbonífera se desenvolveu a partir de 1910, fator que ocasionou um aumento exponencial de trabalhadores na região e, concomitantemente, a elevação da precariedade das condições de vida e das vilas operárias, as quais só foram oficialmente construídas entre as décadas de 1930 e 1940 (COSTA, 1996). Para além de prover um espaço de moradia aos trabalhadores do carvão e às suas famílias e, também, de controle por parte das carboníferas, conforme observou Rabelo (2007), sentiu-se a necessidade de ofertar atividades assistenciais de cuidado, voltadas especificamente a mulheres e a crianças da região.

O interesse pelo estudo do jornal “O Lingote” se produziu pelo contato com duas edições, as quais foram localizadas ao longo do levantamento realizado para o projeto já citado, no acervo Memória e Cultura do Carvão (MCC), disponível no Centro de Memória e Documentação (CEDOC) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). A busca ampliada em trabalhos acadêmicos desenvolvidos por outros pesquisadores que analisaram edições do referido documento possibilitou localizar outras sete edições, disponíveis no sítio da internet Volta Redonda Antiga. Sendo assim, nove edições foram localizadas e selecionadas para a análise, com datas de 25 de março de 1953, 10 e 25 de abril de 1953, 10 e 25 de maio de 1953, 10 e 25 de junho de 1953, 10 de março de 1955 e 25 de novembro de 1955.

Sobre “O Lingote”, cabe esclarecer que se tratava de um quinzenário editado pelo serviço de relações exteriores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no Rio de Janeiro. Era encaminhado para a região em estudo pela agência da Varig, em Tubarão, e seguia para a divisão de serviços administrativos em Capivari, sendo que através de um serviço de fichário próprio cada exemplar era endereçado ao destinatário. No setor de Santa Catarina, “O Lingote” mantinha um correspondente em Tubarão e um em Siderópolis (BOPPRÉ, 2011), cidades que possuíam escritórios da CSN.

Objetivando aproximar os operários das atividades desenvolvidas pela empresa, a publicação circulou de março de 1953 a abril de 1957 (até a edição de número cem). Pela variada seção de notícias, podem-se empreender importantes estudos, que vão desde a coluna social até às relações entre a alta direção da CSN e o seu operariado. A publicação trazia perfis de seus trabalhadores em uma coluna denominada “Conheça seu colega”, por meio da qual narravam suas histórias de vida, seus objetivos e suas metas. Oferecia aos trabalhadores inúmeras notícias acerca de acontecimentos da empresa e da região de Volta Redonda.

Como observado, a CSN possuía sede na cidade de Volta Redonda, mas a publicação trazia notícias sobre trabalhadores ligados a atividades da cadeia de beneficiamento da região sul

catarinense, como Siderópolis e Tubarão, por exemplo. A publicação apresentava uma coluna social, a qual informava acerca de comemorações, aniversários, falecimentos e premiações recebidas pelos trabalhadores. De igual modo, contemplava notícias de âmbito nacional e internacional, destacando acontecimentos relevantes e possuía uma coluna denominada “O Lingote nos esportes”, que apresentava resultados de jogos esportivos entre os trabalhadores da CSN e de outras empresas. A sessão denominada “Tudo para o Lar” foi publicada nas nove edições encontradas e apresentava dicas sobre vestimentas, receitas e cuidados com o lar, destinadas às esposas dos trabalhadores.

Na concepção que orienta o estudo, a subjetividade é compreendida como produção discursiva, em relações de saber e de poder, configurando processos de “objetificação do sujeito” e de reconhecimento de si como sujeito da norma (FOUCAULT, 2013, p. 273). Com base em tal compreensão, argumenta-se que conteúdos mobilizados por edições do referido jornal constituem dispositivos produtores de sujeitos da norma e de mulheres que se reconhecem como sujeitos da norma.

O material selecionado foi analisado qualitativamente pela análise temática, conforme orientação de Braun e Clarke (2006), a qual permite identificar, analisar e relatar padrões – chamados temas – dentro de um grupo de dados. As autoras definem seis passos, que devem ser seguidos no processo de análise: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca por temas, revisão, definição e nomeação de temas e, por fim, produção de análise. O processo resultou em duas categorias analíticas: A construção do espaço privado/doméstico e de subjetividades femininas; Contribuição do trabalho reprodutivo para a manutenção do trabalho produtivo.

O texto do artigo foi organizado a partir das duas categorias analíticas construídas. Na primeira, discute-se a forma como publicações do jornal “O Lingote” atuaram na construção do espaço privado da vida e na normatização de subjetividades femininas, por meio do trabalho reprodutivo e das relações de gênero. A segunda categoria trata da sustentação do trabalho produtivo dos homens, nas mineradoras, pela instrumentalização do trabalho reprodutivo, realizado pelas mulheres no interior dos lares.

## **2. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PRIVADO/DOMÉSTICO E DE SUBJETIVIDADES FEMININAS**

“O Lingote” era uma publicação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) destinada aos seus trabalhadores e produzida na cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, como já destacado.

Apesar de narrar histórias de vida e acontecimentos de trabalhadores do Rio de Janeiro e do sul de Santa Catarina, é importante serem considerados os contextos de recepção dos conteúdos publicados. Não se trata dos conteúdos em si, visto que as notícias, como observado, davam conta de abordar o cotidiano de trabalho em territórios de abrangência da empresa. Todavia, no processo de interiorização da publicação, diferenças territoriais, socioeconômicas e culturais na vida dos trabalhadores, de suas esposas, dos/as filhos/as, entre outros familiares, necessitam ser consideradas.

Especificamente no que diz respeito à coluna “Tudo para o Lar”, foco do estudo, limitações quanto ao acesso e à leitura da publicação por parte das esposas dos trabalhadores, decorrentes da não escolaridade feminina, podem ser cogitadas. De acordo com Fúlvia Rosemberg (2013), a educação feminina é um traço recente e intenso, visto que índices de analfabetismo feminino foram superiores aos índices masculinos por um longo período, situação que se inverteu apenas na década de 1990.

Conforme Rosemberg (2013), o cenário da educação feminina no Brasil caminhou lentamente até alcançar um *status* de possibilidade de acesso para as mulheres. A escolarização feminina só foi autorizada em 1872, pela Lei Geral do Ensino, mas com uma série de restrições, as quais só foram vencidas em 1971, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Um exemplo disso é a seção de prescrições especiais descritas na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 9 de abril de 1942, em que se indicava que a educação secundária de jovens moças fosse realizada em instituições com presença exclusivamente feminina, para além de serem locais onde a formação se voltasse para o ensino do cuidado com o lar e com o aprendizado das ditas “funções femininas” e da disciplina de Economia Doméstica, visando cumprir a “[...] missão da mulher dentro do lar” (ROSEMBERG, 2013, p. 337).

Percebe-se que o ensino de meninas e de jovens mulheres, por um longo período, pautou-se na aprendizagem de cuidados com o lar, reforçando e essencializando posições femininas na sociedade. Para além da naturalização da missão materna, o acesso escolar era remoto e dificultado por ser um espaço voltado a elites e não a esposas de trabalhadores da indústria. Considerando o período da análise, é importante atentar para fato de que a distribuição da publicação entre trabalhadores não garantia que as esposas tivessem acesso aos seus conteúdos pela leitura.

Ao longo das colunas analisadas, percebe-se que os conteúdos versavam sobre o cuidado com a casa, a alimentação da família e cuidado dos/as filhos/as, bem como sobre economia doméstica pelo reaproveitamento de alimentos e de roupas, entre outros produtos. Especificamente em sua construção, não foram verificadas menções diretas ao público feminino, contudo se percebe o direcionamento implícito quando analisados textos e imagens. Pelas

ilustrações de mulheres adornadas em seus vestidos ou pela presença do passo a passo de receitas culinárias, orientações relativas aos cuidados com a casa, possíveis leitoras podem ser identificadas, como exemplificado na figura 1.

Figura 1 – Coluna “Tudo para o Lar” – “O Lingote”

**Tudo para o Lar**

**PEQUENOS CONSELHOS**

Enxague sempre bem as suas roupas depois de lavá-las. O sabão que fica na roupa produz manchas que aparecem depois que se passa a ferro. Além disso, o sabão enfraquece o tecido, que durará menos.

\*\*\*

Se a comida pegou no fundo da panela não fique desesperada! Mergulhe a panela em água fria. Depois, passe a comida para uma panela limpa e termine de cozinhar, ou esquite outra vez.

\*\*\*

Use seus casacos ou vestidos de lã, novos, com um lenço ou uma echarpe. Não adormite ficam mais vistosos como o lenço ou a echarpe protegem a gola do casaco ou do vestido, impedindo que se sujem e estraguem mais depressa.

★

**FACIL DE SE FAZER**

Este modelo de saia é cortado em meio círculo, como mostra o desenho ao lado. A costura fica atrás e nela é costurado o fecho eclair da maneira, ou então, pequenos botões com casas de alças.

Com um chale do mesmo tecido será um conjunto prático e elegante para os dias frios.

**OVOS FRITOS NA AGUA**

Os ovos fritos na água são mais gostosos e mais saudáveis do que fritos na gordura ou na manteiga. Mas existe uma técnica de prepará-los para que fiquem intactos e bonitos.

1.º — Ponha, numa frigideira, cerca de 3 dedos d'água. Deixe ferver em fogo forte. Enquanto estiver fervendo, jogue os ovos, um de cada vez, esperando para pôr o segundo até que a água esteja fervendo outra vez.

2.º — Deixe os ovos cozinharem de 3 a 5 minutos, conforme goste deles mais moles ou mais duros. Retire com uma escumadeira, com cuidado. Deixe escorrer a água e sirva sobre pão torrado, acompanhado de raminhos de salsa.

**PARA FAZER COM Lã OU ALGODÃO**

Fonte: “O Lingote”, ano 1, n. 5, 25 maio (1953, p. 8).

A coluna “Tudo para o Lar”, número 5, de 25 de maio de 1953, combina conteúdos sobre a costura de roupas para mulheres adultas e crianças, receitas de alimentos que podem ser preparados de forma mais saudável, conselhos para lavar e passar roupas, com a finalidade de garantir beleza e durabilidade, resolver problemas domésticos relativos ao cozimento de alimentos, cuidar e adornar roupas novas. Pelo trabalho das mulheres, é interessante notar a construção do espaço privado/doméstico pela disposição de roupas e alimentos. Apesar das diferenças na composição dos conteúdos de cada coluna analisada, algumas regularidades discursivas, como conceituado por Foucault (2008), foram observadas. As mulheres eram produzidas como mães, esposas, cuidadoras, responsáveis pela manutenção de um lar funcional, acolhedor e organizado de filhos/as e maridos bem alimentados, bem vestidos e felizes.

Posições que as mulheres eram convidadas a ocupar dentro de seus lares se relacionam com o cumprimento de funções socialmente determinadas como femininas. Ou seja, posições ocupadas pelas mulheres reproduzem, de certo modo, uma norma de gênero, ditando quais espaços que lhes cabem como responsáveis pela construção da vida doméstica/privada. Ao analisar o contexto, ele instiga atentar para o fato de que o trabalho desempenhado pelas mulheres dentro de seus lares é

um trabalho invisibilizado, realizado não para elas mesmas, mas para outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA; KERGOAT, 2008). Sabe-se que as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas construções sociais que formam dois grupos envolvidos em relações sociais específicas, “as relações sociais de sexo”, conforme afirma Kergoat (2009, p. 67).

De acordo com a autora acima citada, as relações sociais de sexo são baseadas no trabalho e exprimem-se por meio da divisão sexual do trabalho, que se caracteriza pela forma de divisão do trabalho social, em que são atribuídas atividades distintas a mulheres e aos homens. Dois princípios organizadores formam e sustentam essa divisão sexual: separação entre trabalhos considerados de homens e trabalhos apontados como sendo de mulheres; hierarquização, que dita uma ordem de valor entre trabalhos femininos e masculinos. Às mulheres cabem os considerados “trabalhos de mulher” (o cuidado – com o lar, com os afazeres domésticos, com os/as filhos/as – e as responsabilidades da maternidade), que possuem valores inferiores aos trabalhos masculinos, por meio dos quais os homens figuram diretamente como responsáveis pelo sustento do lar e pela ocupação com tarefas de maior valor social (KERGOAT, 2009).

A divisão sexual do trabalho descrita pode se potencializar em uma região carbonífera. De acordo com Alves (2014), as regiões carboníferas são as regiões industriais mais propensas a reproduzir a norma burguesa (mulher em casa e homem provedor). Isso porque se trata de uma indústria pesada, que exige o confinamento dos homens em galerias, o que contrariava a moral burguesa, que não entendia esse espaço de trabalho como algo legítimo das mulheres. Ou seja, no espaço do carvão, as mulheres tinham poucas possibilidades de trabalho e sempre que possível eram rapidamente substituídas.

Sobre modos de organização da vida familiar e da vida profissional, Hirata (2015) faz menção a quatro modelos distintos: o modelo tradicional, em que cabe ao homem prover o sustento familiar e à mulher não trabalhar fora de casa, assumindo atividades domésticas e os cuidados com os filhos; o modelo de conciliação, no qual a mulher concilia o trabalho profissional com o trabalho doméstico, fato que não ocorre com o homem; o modelo de parceria, por meio do qual homens e mulheres repartem tarefas domésticas e os cuidados com a família; e, por fim, o quarto e último modelo, que é o da delegação, no qual a mulher delega a outras mulheres os cuidados com o lar e com os filhos.

A apresentação dos quatro modelos de organização do trabalho doméstico e profissional se justifica quando se evidencia, nas edições analisadas, um indicativo de modelo tradicional. A responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e pelos cuidados deve ser analisada sem desconsiderar o modelo de família tradicional da época. É possível estimar que, em grande medida,



os trabalhadores que recebiam os jornais, juntamente com suas famílias, reproduziam um modelo de família nuclear burguesa, de acordo com os moldes definidos por uma norma social de como uma família deveria ser. Assim, os modos de organização das famílias tendiam a indicar que a divisão sexual do trabalho definia especificamente a posição de cuidadora para as esposas e de provedores para os maridos, tendo em vista, como já observado, a especificidade da região com relação ao não trabalho das mulheres na esfera pública.

O trabalho desempenhado pelas mulheres no âmbito privado, relativo aos cuidados da família e às tarefas domésticas – considerado um trabalho reprodutivo – no contexto das vilas operárias da Região Carbonífera, era o responsável pela construção não somente de um espaço doméstico passível de existência, como também pela perpetuação da vida. Como evidenciou o estudo realizado por Alves (2010), a construção do feminino em famílias operárias mineiras, na região carbonífera catarinense, no período de 1950-1960, demonstrava como a divisão dos espaços público e privado relegava as mulheres à esfera doméstica, responsabilizando-as por atividades de cuidado.

Na reflexão aqui proposta, a compreensão de cuidado vem ao encontro do que Kergoat (2016, p. 17) define como “uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem.” O cuidado, para além disso, é um trabalho que engloba uma série de atividades materiais e relacionais com o objetivo de oferecer uma resposta concentrada nas necessidades alheias, seja pelo trabalho que envolve o cuidar de crianças, seja passando por aquele que é dispendido nos afazeres domésticos no seio da família, que possui função primordial no espaço privado. É o trabalho do cuidado e o trabalho reprodutivo que permitem o desenrolar da vida nos espaços público ou privado.

Pela aprendizagem de um conjunto de habilidades relativas à gestão feminina do lar, constrói-se uma mulher: é preciso aprender a cozinhar, a costurar, a limpar e a manter a casa funcionando. Esses ensinamentos são transmitidos de diversas formas, sendo uma delas – e a principal forma aqui analisada – por meio dos conteúdos veiculados em jornais e colunas destinados aos cuidados com o lar. Logo, é possível afirmar que essas habilidades precisam ser aprendidas, não sendo partes integrantes de uma natureza ou essência feminina. Desse modo, percebe-se que a constituição de si articula ao desenvolvimento de uma série de atividades, que produzem formas de existência e de mulheres como mães, esposas, responsáveis pelo manejo e pelo cuidado das atividades domésticas. Com um caráter educativo, os conteúdos eram dirigidos às “mulheres-mães” e às “mulheres-esposas”, na medida em que traziam ensinamentos sobre como cozinhar melhor, cuidar melhor e como se comportar corretamente no espaço privado.

O “enquadramento feminino” na esfera privada pode ser relacionado com os jogos de poder que se articulam com questões de gênero na produção de subjetividades. Sendo o gênero “[...] um campo primário por meio do qual o poder é articulado [...]” e “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]”, como afirma Scott (1995, p. 88.), é possível traçar uma conexão entre a subjetividade que se produz na relação entre forças que atravessam o sujeito, no movimento, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si (PRADO FILHO; MARTINS, 2007).

Acerca da subjetividade, Foucault (2013) afirma que os mecanismos de sujeição não podem ser estudados de forma deslocada da relação que possuem com os mecanismos de exploração e de dominação. Ora, quando se trata das formas de poder que se configuram com base em desigualdades de gênero, de igual modo, subjetividades são produzidas e reconhecidas por mulheres esposas e mães. É necessário que o sujeito se reconheça como parte da própria norma que reproduz.

Tendo em vista que a subjetividade é historicamente construída em jogos de saber/poder, as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho, o trabalho reprodutivo, as diferentes posições atribuídas a mulheres nas vilas operárias de abrangência da empresa carbonífera, é coerente argumentar que os conteúdos elaborados e dispostos nas colunas operavam como dispositivos de subjetivação. Além disso, como forma de construção e organização do espaço doméstico, os conteúdos evidenciavam que o trabalho reprodutivo estava intrinsecamente relacionado e contribuía para a manutenção do trabalho produtivo, conectando, então, os espaços público e privado da vida, conforme se busca abordar a seguir.

### **3 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO REPRODUTIVO PARA A MANUTENÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO**

Para que a compreensão da relação existente entre o trabalho reprodutivo como condição de manutenção para o trabalho produtivo seja possível de ser explicada e analisada nesse contexto, faz-se necessário fornecer, inicialmente, a apresentação de alguns dos aspectos históricos da indústria carbonífera atuante no sul do estado de Santa Catarina para que, contextualizando o espaço de trabalho e de moradia dos trabalhadores, seja possível perceber como o trabalho reprodutivo desempenhado por mulheres, esposas e filhas dos trabalhadores, por exemplo, relacionava-se com o trabalho produtivo por eles realizado. A indústria do carvão na região sul de Santa Catarina se desenvolveu expressivamente a partir da década de 1940, porém, desde o início



do século XIX, já se sabia da existência de carvão mineral no município de Laguna, de acordo com Goularti Filho e Moraes (2009). Foi somente com o advento da Primeira Guerra Mundial que as empresas carboníferas começaram a ser instaladas na região para a exploração do minério.

Entre os anos de 1917 e 1922, cinco companhias foram fundadas: a Companhia Carbonífera Próspera S.A., a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA), a Companhia Carbonífera Urussanga S.A. (CCU), a Companhia Nacional Mineração de Carvão do Barro Branco e a Companhia Ítalo-Brasileira. Dentre as empresas citadas, apenas a Cia. Próspera e a Ítalo-Brasileira possuíam sede em Criciúma; as demais, no Rio de Janeiro (GOULARTI FILHO; MORAES, 2009). Para além das mineradoras de maior porte, já mencionadas, empresas de pequeno porte surgiram na região com o passar dos anos, sendo que quase a totalidade delas atuava de modo artesanal e era de proprietários locais. Ainda segundo Goularti Filho e Moraes (2009, p. 254), “[...] grande parte dessas pequenas mineradoras vendia sua produção às mineradoras de maior porte, como a CBCA, a Cia Próspera, a Barro Branco e a Carbonífera Criciúma”.

Em meados de 1940, o Governo Federal constituiu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que possuía relação direta com a política econômica nacionalista de Getúlio Vargas, visto que um dos objetivos de seu governo foi a criação de uma grande indústria siderúrgica nacional (RABELO, 2007). Assim, em 1940, de acordo do Rabelo (2007), foi criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, a qual decidiu pela construção da usina na cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Por conseguinte, em 1941, a CSN foi criada, mas só oficialmente inaugurada em 1946. Foi por meio da instalação da CSN que iniciou uma intervenção estatal nos processos de produção, venda, distribuição e consumo do carvão da região carbonífera sul catarinense (RABELO, 2007).

Como descreveu Rabelo (2017), para que o adequado funcionamento da CSN fosse possível, para além da abertura de minas de ferro em Minas Gerais, a estatal investiu na criação de uma estrutura de produção e beneficiamento do carvão catarinense, o qual seria utilizado na siderurgia mineira. Assim, foi criado o Setor de Santa Catarina (SSC), composto pelas minas de carvão situadas em Siderópolis, além da Usina de Beneficiamento de Carvão, também conhecida como Lavador de Carvão de Capivari, e, por fim, uma pequena usina termoeletrica movida a carvão, criada para abastecer as unidades localizadas na cidade de Tubarão. As minas de exploração de carvão localizadas em Siderópolis passaram a ser exploradas a partir de 1943 e a Usina Termoeletrica e o Lavador, localizados em Tubarão, foram inaugurados em 1946 (RABELO, 2017).

À medida que o processo de mecanização da escolha do carvão e do transporte externo avançou, de acordo com Goularti Filho e Moraes (2009), diminuíram os números de pequenas

mineradoras, o que levou a um processo de centralização, fato que resultou na presença de apenas doze mineradoras atuando na região nos anos iniciais da década de 1970. Muitas das minas que existiam na região acabaram sendo fechadas, motivadas pelo esgotamento das reservas, ou foram incorporadas por mineradoras maiores, que possuíam mais recursos financeiros e técnicos para a extração do minério (GOULARTI FILHO; MORAES, 2009).

Como analisam Goularti Filho e Rabelo (2016), percebe-se que a região sul do estado de Santa Catarina carrega consigo as marcas deixadas pela atividade mineradora na região, que se fazem presentes nos campos social, político, cultural e econômico, com destaque importante para o espaço ambiental, marcado profundamente pela atividade carvoeira. De acordo com o autor e autora, entre os séculos XIX e XX, a atividade mineradora ocasionou mudanças na organização econômica da região, a qual estava inserida no complexo carbonífero, composto pelas unidades de produção (companhias carboníferas), transporte (ferrovia e porto) e beneficiamento do carvão (lavrador, termoeletrica e carboquímica).

Logo, devido ao grande desenvolvimento ocorrido ao longo do tempo de atividade do complexo carbonífero, este se tornou a base para a indústria siderúrgica brasileira, que se localizava no sudeste do País, especificamente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, por meio do fornecimento de carvão metalúrgico, para além da produção do carvão a vapor utilizado para a geração de energia na termoeletrica Jorge Lacerda, localizada na cidade de Tubarão/SC (GOULARTI FILHO; RABELO, 2016).

O complexo carbonífero acionava várias atividades econômicas que se integravam nas esferas produtiva e comercial. Nos principais municípios da região sul catarinense, foi montada uma estrutura de produção para a extração, o beneficiamento e o transporte do carvão até um centro de distribuição que encaminhava o minério até o lavador, a termoeletrica, a carboquímica e ao porto. Nos locais, foram construídas vilas operárias mineiras, com o objetivo de oferecer uma moradia aos trabalhadores do carvão e às suas famílias (GOULARTI FILHO; RABELO, 2016).

As vilas operárias da região sul de Santa Catarina eram formadas pelas casas dos operários, mas também existiam outras estruturas que buscavam possibilitar a manutenção da família, como, por exemplo, armazém, açougue, campo de futebol e igreja (GOULARTI FILHO; RABELO, 2016). O surgimento das vilas operárias como fruto direto da Revolução Industrial atuava como uma forma de manutenção de controle por parte das empresas para com seus funcionários.

Além de seduzir e fixar mão-de-obra pode-se afirmar que outro objetivo da vila operária era a redução do custo da reprodução da força de trabalho, mas não só, pois se tratava também de uma operação eficaz, produzida pelos donos das empresas, para disciplinar e controlar os corpos dos operários para o alcance de

maior produtividade e lucratividade possível (GOULARTI FILHO; RABELO, 2016, p. 243).

Percebe-se que as vilas operárias tinham objetivos que ultrapassavam o fornecimento de moradia na “[...] tentativa dos donos das empresas de estender o controle operado na esfera da produção para a esfera da reprodução operária” (GOULARTI FILHO; RABELO, 2016, p. 244). Então, para além do espaço de trabalho, o ambiente da mina se prolongava até a casa dos trabalhadores pelo fato de serem construídas sobre os rejeitos de carvão, pelo cheiro de enxofre no ar ou pela camada incrustada de pó de carvão que carregavam nos corpos, colocando-os em constante contato com o trabalho.

A imagem conhecida das primeiras vilas da região carbonífera, como descrevem Goularti Filho e Rabelo (2016), delineia-se pela presença de casas de madeira individuais ou geminadas, com poucos cômodos, escuras, com janelas sem vidraças, sem o fornecimento de energia elétrica e água encanada, ausência de sistema de esgoto e forro, cobertas com telhas de barro e construídas sobre os rejeitos de carvão. As casas eram alinhadas lado a lado e, algumas vezes, separadas umas das outras por cercas de madeira.

Em vilas operárias específicas da CSN, o cenário era um pouco diferente. Sendo uma empresa estatal de grande porte, a siderúrgica era conhecida por investir significativamente em programas sociais voltados aos seus trabalhadores, fato que, nas vilas operárias, tornava-se visível (RABELO, 2007). Na vila operária localizada no município de Siderópolis, por exemplo, as condições eram ligeiramente melhores que as encontradas na cidade vizinha de Criciúma. Entretanto, sendo algumas das vilas operárias de Criciúma pertencentes a outras empresas, posteriormente incorporadas pela CSN, as condições de moradia somente foram aperfeiçoadas muito tempo depois de sua criação (RABELO, 2007).

Foi o caso da Vila Operária Próspera, que pertencia, inicialmente, à Carbonífera Próspera S.A., subsidiária da CSN desde 1953 e que foi adaptada para tentar se adequar ao padrão estabelecido pela CSN (RABELO, 2007). Por muito tempo, as condições de moradia foram insalubres. Com a incorporação pela CSN, algumas casas de alvenaria foram construídas e disponibilizadas aos trabalhadores mais antigos e com um bom histórico na empresa. As casas ofereciam mais conforto aos trabalhadores e a possibilidade de morarem em habitações com mais cômodos, mais acesso à higiene e ao conforto. Entretanto, o número de casas era pequeno, então alguns trabalhadores continuaram morando nas antigas casas de madeira, como analisou Rabelo (2007, p. 80): “[...] o novo jeito de morar e de conceber a estética do lar não foi algo recebido com passividade, levando algumas famílias a recusarem uma casa melhor estruturada e que atendia os padrões de existência da CSN”.

Por conseguinte, as casas de madeira cobertas de pó de carvão contrastavam com as planejadas casas de alvenaria. Além das casas dos trabalhadores, existiam as dos encarregados e as dos funcionários administrativos, engenheiros e diretores, situadas em um local totalmente separado das casas dos operários e caracterizadas por uma estrutura superior (RABELO, 2007). Logo, formavam ambientes heterogêneos, com necessidades e problemáticas sociais específicas.

Já a Vila Operária Fiorita, localizada no município de Siderópolis, apresentava um cenário diferente, visto que foi construída como parte da CSN de acordo com o que planejara a empresa (RABELO, 2007). As instalações da CSN trouxeram grande impacto para o município, antes caracterizado por apresentar uma economia de base agrária, mas que foi ganhando ares urbanos à medida que a mineração se desenvolvia na cidade. Muitas terras foram desapropriadas pela CSN e uma grande estrutura administrativa foi construída para viabilizar a exploração do carvão no ritmo de produção (RABELO, 2007).

A Vila Operária Fiorita era formada pelas casas destinadas aos moradores, por locais para recreação, cinemas, salões de danças, campo de futebol, água e energia elétrica, açougues, padarias, mercados e outros serviços que foram implantados pela estatal. No entanto alguns dos locais disponibilizados pela estatal eram de acesso restrito aos trabalhadores e atendiam somente a uma parcela da empresa, como verificou Rabelo (2007, p. 86): “[...] no Recreio do Trabalhador, clube bastante sofisticado para a época, negros, mulheres de ‘má fama’, pobres e mal vestidos [sic] não tinham ingresso autorizado”. Além disso, as casas destinadas aos trabalhadores eram diferentes das destinadas aos profissionais com cargos mais altos (RABELO, 2007).

Como visto, os cenários das vilas operárias em cidades da região carbonífera sul catarinense eram contrastantes e evidenciavam as desigualdades de tratamento, sendo algumas delas bem estruturadas, com a possibilidade de ofertarem uma vida com mais conforto aos trabalhadores, enquanto outras possuíam estruturas precárias, como no caso das casas cujos moradores tinham os rejeitos do minério como partes integrantes de suas vidas. Em situações contrastantes e com condições mínimas de existência, trabalhadores e suas famílias habitavam.

De acordo com o que foi descrito no tópico anterior, a divisão sexual do trabalho constituía o cotidiano da população e as formas de vida nas vilas operárias. As atividades realizadas por homens e por mulheres, respectivamente, nas esferas produtiva e reprodutiva eram evidenciadas em conteúdos veiculados pelo “O Lingote”. Na coluna “Tudo para o Lar”, verifica-se a contribuição do trabalho reprodutivo para a manutenção do trabalho produtivo, como mencionado.

Como resultados de construções sociais que se relacionam com uma divisão sexual do trabalho, as condições de vida diferem entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho

reflete o fato de que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho (o chamado trabalho produtivo), enquanto as mulheres dividem seu tempo entre o trabalho na esfera pública e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (trabalho reprodutivo). O trabalho reprodutivo possui um grande significado para o bem-estar do ser humano, porém não tende a ser valorizado pela sociedade devido à ausência de valor mercantil associado a ele.

A imbricada relação que se estabelece entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo atua como condição de possibilidade para a continuidade da vida. Nas edições analisadas, observa-se que os textos envolvem sugestões relacionadas, por exemplo, ao preparo de alimentos, aos cuidados com a casa e com os filhos, ao reaproveitamento de peças de vestuário e/ou de decoração para a casa, de modo

Figura 2 – Coluna  
“O Lingote”

**SABEDORIA DO LAR**

Convém saber que os tachos de cobre devem ser submetidos, de vez em quando, a uma limpeza total. Para isto, prepara-se uma solução de soda cáustica, sabão, amoníaco e água, mergulhando nela o vasilhame. Ferve-se até que desapareça todo e qualquer sinal da gordura ou carvão.

\* \* \*

Basta colocar vários pratos de água, convenientemente distribuídos, para eliminar o cheiro de tintas frescas de sua casa. Assim o ambiente em breve ficará livre pois a água absorve todo o cheiro.

\* \* \*

Evite que os canos das pias fiquem entupidos derramando nêles, de vez em quando, uma xícara de água fervente, na qual se terá juntado algumas colheres de amoníaco.

\* \* \*

Convém usar palha de aço muito fina e pó mineral ou ainda argila, para conservar sempre limpas as peças de estanho, material facilmente estragável.

Um original modelo de verão, criação de MARJAE OF MIAMI. Em algodão liso tem os ombros nus e as mangas saindo da metade do braço, logo abaixo dos ombros. Decote em V na frente, abotoando com botões de enfeite. A saia é godê franzido, com cinto da própria fazenda.



que o espaço do cuidado e pronto marido de cada jornada

“Tudo para o Lar” –

**Fonte:** “O Lingote”, 10 março (1955, p. 9).

Conforme o argumento inicial do artigo, é possível dizer que os conteúdos mobilizados atuavam como dispositivos normatizadores de existências. Ensinavam sobre limpeza, alimentação, confecção de roupas, cuidado de filhos/as, assim como constituíam normas de existência para suas leitoras. Além disso, demonstram a potência do trabalho reprodutivo como condição para a manutenção do trabalho produtivo.

No contexto do complexo carbonífero da década de 1950 (período de publicação das edições), o trabalho produtivo ocorria na esfera pública e, em grande medida, era atribuído aos homens, enquanto a esfera privada era inevitavelmente um espaço de trabalho reprodutivo, o qual deveria ser desempenhado pelas mulheres. A partir do que foi descrito, destaca-se a intersecção que se estabelece entre classe e gênero, considerando que a manutenção das mulheres no espaço privado se constitui uma condição para o trabalho masculino nas empresas mineradoras. À vista disso, as posições “mulher-esposa” e “mulher-mãe” exigiam a realização de atividades domésticas e de cuidados dos/as filhos/as, de igual modo, do marido, como um trabalhador que deveria ser produtivo para a indústria da mineração. A posição laboral ocupada pelo marido, seus rendimentos e as condições econômicas da família, sobretudo, orientavam as atividades realizadas pelas esposas e donas de casa. O preparo de alimentos sem grandes gastos e mais saudáveis, a confecção e o reaproveitamento de roupas para a família, entre outras sugestões, indicavam a posição ocupada pelas mulheres na economia doméstica e de fazer render os salários recebidos pelos homens. Logo, como apontado, a intersecção classe e gênero pode aqui ser identificada.

Para Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade remete à “[...] conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação [...]”, ou seja, a forma como as opressões de classe, de gênero, o racismo e outros sistemas discriminatórios se inter-relacionam, criando desigualdades básicas entre as populações. Então, no contexto da década de 1950 na região carbonífera, ao se pensar sobre a intersecção de classe e gênero como forma de opressão, argumenta-se sobre a interdependência entre o trabalho produtivo desempenhado pelos homens nas empresas mineradoras e os trabalhos



domésticos e de cuidados realizados pelas mulheres como fundamentais para a reprodução do capital.

Hirata e Kergoat (1994) afirmam que as relações entre classe e aquilo que denominam relações de sexo – ou gênero – são coextensivas tanto para as mulheres como para os homens e que, por isso, só podem ser analisadas conjuntamente para além de serem relações estruturantes e fundamentais na sociedade. Logo, não é possível traçar uma análise acerca do trabalho reprodutivo sem pensar conjuntamente nas categorias de classe e gênero, as quais se influenciam mutuamente. Ainda acerca das relações traçadas sobre a articulação entre as categorias de classe e de gênero, Saffioti (1992) afirma não se tratar de uma tentativa de retalhar a realidade social, separando em cada uma de suas parcelas uma espécie de processo social, mas, sim, trata-se da possibilidade de perceber as “diferenças-semelhanças” de gênero nas relações de classe, bem como de perceber as “diferenças-semelhanças” das relações de produção nas relações de gênero. Ou seja, a classe e o gênero são relações constitutivas umas das outras, de modo que impregnam todo o tecido social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões apresentadas evidenciam a produção de subjetividades femininas em matérias da coluna “Tudo para o Lar”, publicadas no jornal “O Lingote” na década de 1950. É importante considerar que os conteúdos analisados integram edições referentes aos anos de 1953 e 1955, assim como um jornal constituído por uma diversidade de assuntos, os quais abrangiam as esferas produtivas e reprodutivas da vida dos trabalhadores. Nesse sentido, além de questões relacionadas ao contexto laboral da CSN e às demais situações da vida em comunidades operárias, veiculavam conteúdos direcionados às esposas e às/aos filhas/os.

O processo de análise da composição e do conteúdo da coluna “Tudo para o Lar” resultou na elaboração das seguintes temáticas: a construção do espaço privado/doméstico e de subjetividades femininas e contribuição do trabalho reprodutivo para a manutenção do trabalho produtivo. Ambas as temáticas dizem da configuração de processos que trazem para o centro do debate relações que se estabelecem em duas esferas da vida, historicamente instituídas como doméstica e produtiva.

Com base em normas de gênero produzidas em relações de saber/poder, o entrelaçamento das duas esferas constitui subjetividades femininas em posições de “mulheres-mães” e “mulheres-esposas”, de forma a restringir formas de existência. Então, pela instituição de determinada divisão sexual do trabalho, as mulheres são responsabilizadas por trabalhos domésticos e de cuidados, fundamentais para a reprodução do trabalho produtivo realizado por homens nas empresas

mineradoras. Com isso, é possível perceber que, embora visto como secundário, o trabalho realizado pelas mulheres na esfera doméstica se constitui uma condição na reprodução do trabalho produtivo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ismael G. **(Re)construindo a maternidade**: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na região carbonífera catarinense (1920- 1960). 2014. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35264>. Acesso em: 01 set. 2019.

BOPPRÉ, Maria R. "O Lingote": Fonte jornalística para a história popular tubaronense. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 13-20, set. 2011. Disponível em: <https://www.rbfm.org.br/ra/article/view/93>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

COSTA, Marli de O. **A casa operária na Vila Próspera (Criciúma - 1938/1948)**. 1996. 43 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 1996.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acesso em: 03 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 273-295.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fabio F. de. Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 40, p. 251-267, ago. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19214>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GOULARTI FILHO, Alcides; RABELO, Giani. "Compaixão pela messe": Filhas do Divino Zelo e as pedagogias missionárias em ação na vila operária mineração de Içara (SC-Brasil) 1959 a 1968. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 20, n. 3, p. 237-268, fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19546>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 93-100, jan. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291>. Acesso em: 03 ago. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. *In*: COSTA, Albertina de O.; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 263-278.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-72.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. *In*: ABREU, Alice R. de P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria R. (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17-26.

O LINGOTE. **Tudo para o lar**. Volta Redonda, ano 1, n. 1, 25 mar. 1953, p. 8.

O LINGOTE. **Tudo para o Lar**. Volta Redonda, ano 1, n. 2, 10 abr. 1953, p. 8.

O LINGOTE. **Tudo para o Lar**. Volta Redonda, ano 1, n. 3, 25 abr. 1953, p. 8.

O LINGOTE. **Tudo para o Lar**. Volta Redonda, ano 1, n. 4, 10 maio 1953, p. 8.

O LINGOTE. **Tudo para o Lar**. Volta Redonda, ano 1, n. 5, 25 maio 1953, p. 8.

O LINGOTE. **Tudo para o Lar**. Volta Redonda, ano 1, n. 6, 10 jun. 1953, p. 8.

O LINGOTE. **Tudo para o Lar**. Volta Redonda, ano 1, n. 7, 25 jun. 1953, p. 8.

O LINGOTE. **Tudo para o Lar**. Volta Redonda, 10 mar. 1955, p. 9.

O LINGOTE. **Tudo para o Lar**. Volta Redonda, 25 nov. 1955, p. 9.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a03v19n3.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12864>. Acesso em: 01 set. 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. *In*: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 333-359.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, Albertina de O.; BRUSHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 183-215.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 30 jul. 2020.